

Sérgio Buarque de Gusmão

Aos 72 anos, tão acostumado a gritar nos palanques quanto a cochichar nos conchavos, ele nunca aprendeu a falar — pelo menos como os políticos modernos que fazem cursos para modular e ampliar o volume da voz ou aperfeiçoar a dicção. Ainda come palavras, amputa frases, oscila o tom, e emite um sotaque levemente caipira. Mas seu discurso de 2.300 palavras, pronunciado com arrojo e brio na cerimônia de promulgação da nova Constituição do Brasil, deve ser lido e até impresso, não como uma prestação de contas dos 20 meses de atuação da Constituinte, mas como um prefácio à altura da mais democrática Carta da História do país.

Ao longo de 33 minutos, o velho deputado demoliu a lenda de que ninguém agüenta mais discurso. Com o estilo parnasiano que já exibiu na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, nos anos 30, Ulysses fez lembrar que discurso tem hora, lugar e tom adequados, e que quando as palavras são as certas o público interrompe — mas com palmas. Ele foi interrompido 59 vezes até calar-se com a frase-lema da campanha das diretas, “muda Brasil”.

Uma característica faz do deputado Ulysses Guimarães um bom orador — a surpresa de suas declarações. Ninguém é capaz de saber o que ele vai dizer — antecipar-lhe o tom, a ironia, a firmeza ou a matreirice com que, raposa do antigo PSD, desmonta uma crise de papel ou surpreende com palavras duras a uma provocação de rotina. Foi assim, por exemplo, quando saiu em defesa da Constituinte, atacada pelo presidente José Sarney como uma fábrica de asneiras que tornaria o país ingovernável. “Vimos aqui para fazer a Constituição, não para ter medo”, devolveu Ulysses em defesa da assembléia a que ele presidia com suor e determinação que seu colega do Planalto jamais vai assimilar.

Em outra ocasião, arrasou com a junta militar que, em 1969, redigiu solitária e ditatorialmente uma nova Constituição para o país — enfim revogada com humilhação jurídica pela Carta agora escrita por 599 constituintes e milhares de colaboradores. “Como caramujo (a Constituição) guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperanças e reivindicações de onde proveio” — disse Ulysses em seu discurso histórico.

Uma leitura atenta deste manifesto civil revela que, por maior que seja a eloquência de Ulysses, suas palavras surpreenderam o país. Ele deu a volta por cima na campanha corrosiva com que se tentou minar a Constituinte — uma campanha que até hoje desce às minúcias das vírgulas e às intimidades dos

parlamentares, mas não consegue engolir o mistério de uma assembléia majoritariamente conservadora ter escrito o texto constitucional mais avançado da história do país. É um texto que, justamente por encontrar respaldo na realidade mesmo em seus itens mais polêmicos, está à frente dos homens que o escreveram.

Mestre dos palanques, resoluto, com o senso de oportunidade que é a primeira característica dos líderes. Ulysses fez um discurso elegante, generoso, compatível com a heterogeneidade da Constituinte e do país, mas nem por isso deixou de usar o maior trunfo dos vitoriosos: a última palavra. “Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo”, disse Ulysses, deixando claro que a nova Constituição é o enterro formal da tirania política que manteve o país sob leis iníquas durante vinte anos.

Vitorioso, não poderia arquivar a altivez e esquecer de homenagear, no mais glorioso momento do parlamento brasileiro nos últimos anos, figuras atropeladas pela ditadura — como o ex-deputado Rubens Paiva, seqüestrado e assassinado pelo aparelho de repressão policial-militar em 1971. “A sociedade foi Rubens Paiva, não os facinorosos que o mataram”, disse Ulysses, no trecho de maior repercussão e de efeitos mais desconfortáveis de seu discurso. As feições dos ministros militares presentes ao Congresso se crispavam. O da Marinha, Henrique Sabóia, reclamou que esta frase não estava à altura do momento. O do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, retirou-se rapidamente — e fez questão de não cumprimentar o orador.

Foi uma incongruência pela qual o ministro Leônidas não admitiu aos parlamentares um dos rituais mais exercitados pelos militares: a homenagem aos mortos. O ministro costuma encerrar conversas sobre assassinatos, desaparecimentos e torturas com o argumento de que “quem olha para o passado não vê o futuro”. Se levasse a sério o que diz, o ministro não compareceria, em todo 22 de novembro, às cerimônias em que chefes militares homenageiam os mortos da chamada “intenção comunista de 1935” — quando, invariavelmente, se desenha com os olhos do passado um vivo cenário de “subversão” para o presente.

Mas o fato relevante foi o de que pouco adiantou a cara feia dos ministros. O velho Ulysses sabia que tinha um papel a cumprir, e o cumpriu com a certeza de que quem tem esqueletos no armário é que deve manter a porta fechada. “O meu papel é falar, o dele é ficar chateado”, ensinou, mais uma vez exemplarmente, o deputado, enquanto do seu armário a Constituição saía para ganhar as ruas.